

Uma carta de vilões? A imprensa e a Lei dos Direitos Humanos

LIEVE GIES *

Introdução

A Lei dos Direitos Humanos de 1998 (HRA), uma peça fundamental do campo legislativo que visa o reforço da proteção dos direitos humanos no Reino Unido, tem sido alvo de uma cobertura noticiosa negativa por parte da imprensa desde que entrou em vigor (Klug, 2000). Manchetes de jornais como «Rasguem a Lei dos Direitos DEsumanos» (*Sun*, 2007), «Boa para vigaristas, má para direitos humanos» (*Daily Telegraph*, 2006) e «Heroína... é o meu direito, Mr Mackay, né»¹ (*Daily Mail*, 2006) são exemplos da típica retórica inflamatória de que tem sido alvo a HRA.

Francesca Klug (2007: 714), uma proeminente académica, defensora dos direitos humanos e ex-comissária da Comissão para a Igualdade e os Direitos Humanos, lamentou: «Os tabloides conseguiram efetivamente criar um subtítulo para esta lei na mente do público que se pode ler da seguinte forma: direitos humanos para os FTP²: estrangeiros, terroristas e pedófilos – os cidadãos que cumprem a lei não precisam de se candidatar.» O anterior chanceler Lord Falconer (2007) e a Comissão para os Direitos Humanos (2008) expressaram já idênticas preocupações relativamente ao tratamento dado à HRA pela imprensa. Jack Straw, secretário da Justiça na altura, declarou numa entrevista ao *Daily Mail* em

* Professora do departamento de Media e Comunicação da Universidade de Leicester.

2008: «Compreendo perfeitamente que os leitores deste jornal tenham algumas dúvidas relativamente à Lei dos Direitos Humanos. Há uma certa sensação de que estamos perante uma “carta de vilões”, ou que ela impede que os criminosos sejam deportados, ou que os seus atos sejam devidamente publicitados» (*Daily Mail*, 2008a).

Este artigo visa explorar o epíteto «carta de vilões», examinando a cobertura noticiosa dada à HRA pela imprensa nacional britânica. Apesar de a circulação de jornais se encontrar em declínio na era da Internet (McNair, 2009), a imprensa ainda é considerada, nomeadamente pelas elites políticas, como um elemento decisivo na construção da opinião pública (Marr, 2004). Amos (2009: 890) sugere que os jornais nacionais constituem um fator que contribui para o «clima de desrespeito que frequentemente se associa à HRA». Embora tenham sido os tabloides os principais acusados de dar crédito à ideia de que a HRA é uma carta de vilões, seria um erro associar as reportagens negativas exclusivamente à imprensa tabloide ou sugerir que os tabloides são totalmente hostis em relação aos direitos humanos. Alguns jornais «de qualidade» (um dos títulos supracitados é do *Daily Telegraph*) também têm demonstrado um elevado grau de ceticismo relativamente à HRA, ao passo que os direitos humanos tendem a parecer mais apelativos para os tabloides quando as violações de direitos podem ser enquadradas como uma usurpação de liberdades civis. A cobertura noticiosa tende a favorecer determinados tipos de queixas, mas a simpatia pelas vítimas também depende do tipo de direito que está a ser reivindicado. Assim, o enquadramento dado pela imprensa à HRA é de facto muito mais ambíguo do que sugere uma mera representação estereotipada da legislação como uma carta de vilões.

Este artigo analisa os enquadramentos que têm sido aplicados aos acontecimentos mais relevantes envolvendo a HRA, não descurando em simultâneo uma abordagem às reportagens quotidianas sobre o mesmo assunto. A ênfase recai predominantemente sobre os tabloides, mas o artigo também examina as notícias nos jornais de grande formato que retratam de modo pouco favorável a HRA. Atentando na cobertura dada pelos jornais de grande formato à HRA quando a legislação entrou em vigor em Inglaterra e no País de Gales, dar-se-á a ver como a cobertura noticiosa nesta ocasião revelou algumas diferenças ideológicas surpreendentes. Por outro lado, e tomando em consideração um outro acontecimento decisivo nos debates sobre os direitos humanos – a saber, a introdução do controverso projeto do Cartão de Identidade –, é evidente que o assunto atraiu a imprensa de forma unânime, ainda que, nessa ocasião, o debate tivesse sido conduzido numa linguagem direcionada para a questão das liberdades civis, e não para a dos direitos humanos. Por fim, considerando a cobertura noticiosa dos

tabloides sobre um acórdão histórico proferido pelo Comité de Apelo da Câmara dos Lordes, este artigo analisa ainda a identidade daqueles que são qualificados como vítimas dignas de tal designação nas narrativas dos tabloides sobre a HRA. Contudo, em primeiro lugar, o artigo apresenta sumariamente uma contextualização da HRA, seguida de um debate acerca do enquadramento metodológico desenvolvido neste estudo.

A HRA: significado constitucional, político e cultural

A introdução do Projeto de Lei dos Direitos Humanos (*Human Rights Bill*) foi uma das políticas de proa do Novo Partido Trabalhista quando este subiu ao poder em 1997. A principal conquista da HRA é o facto de conceder à maioria dos direitos incluídos na Convenção Europeia dos Direitos Humanos (ECHR) de 1950 e demais protocolos relevantes o estatuto de «Direitos da Convenção», que têm força executória nos tribunais do Reino Unido. Os queixosos já não precisam de recorrer ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos em Estrasburgo para obter compensação legal no caso de violação desses mesmos direitos. A HRA consagrou a proteção dos direitos para além das tradicionais liberdades civis, fundadas no princípio da «liberdade negativa», ao reformular a liberdade como um conjunto abrangente de direitos positivos, nomeadamente os direitos principais protegidos pela ECHR. Apesar de não estar formalmente protegida contra a revogação na Constituição do Reino Unido, que, aliás, não existe como um único documento escrito, a HRA tem sido amplamente reconhecida como uma lei formal de grande significado constitucional (Klug, 2006).

Contudo, do ponto de vista político, esta legislação tem sido sempre controversa e tornou-se ainda mais contenciosa após os ataques de 11 de setembro nos Estados Unidos (Gearty, 2005). Enquanto, para alguns, a HRA permite demasiada liberdade e funciona como um obstáculo na batalha contra os crimes graves, incluindo o terrorismo, para outros a lei pouco contribuiu para deter a erosão das liberdades civis que tem vindo a ocorrer em nome da «guerra ao terror» (Ewing, 2010). O entusiasmo do Governo Trabalhista pela HRA diminuiu consideravelmente quando esta mesma legislação foi utilizada com êxito para contestar algumas das suas medidas antiterroristas. Antes das eleições gerais de 2010, o Partido Conservador clarificou a sua intenção de revogar a HRA e de a substituir por uma versão doméstica da *Bill of Rights*. Em fevereiro de 2011, a Coligação Conservadora-Liberal anunciou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de uma nova *Bill of Rights* britânica.

A fraca reputação da HRA também se deve ao facto de ser regularmente confundida com uma lei «europeia» imposta ao Reino Unido por «Bruxelas», ou seja, pela União Europeia. Na verdade, a ECHR não se relaciona de todo com o Tratado de Roma (1957), que criou a Comunidade Económica Europeia e tem as suas próprias instituições (o Conselho da Europa e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos), que funcionam independentemente da União Europeia. Contudo, a confusão entre a HRA e a «questão europeia» (incluindo o lugar da Grã-Bretanha na Europa, o projeto de integração europeu, o controlo das fronteiras, a imigração, etc.) é frequentemente aproveitada por uma questão de conveniência política (Klug, 2007).

Ainda que, a um determinado nível, a promulgação de um Projeto de Lei dos Direitos Humanos deva ser entendida como uma intervenção técnico-legal, mesmo que esta não esteja isenta de controvérsia política, esta legislação também comportava uma ambiciosa agenda cultural, que tinha por objetivo levar a cabo uma mudança radical nas mentalidades. A ideia era instigar uma «cultura de direitos humanos», o que significava, entre outras coisas, que «os indivíduos devem compreender que usufruem de certos direitos por uma questão de direito próprio, como uma afirmação do seu valor igualitário e não como uma oferta circunstancial do Estado» (Joint Committee on Human Rights, 2003: 5). Todavia, existem fortes indicadores de que esta cultura de direitos humanos está ainda por alcançar, dado que as pessoas permanecem em grande parte ignorantes acerca da HRA e da proteção legal que esta oferece (Ministério da Justiça, 2008; Kaur-Ballagan *et al.*, 2009). Este fracasso pode ser atribuído em parte à ausência de publicidade positiva por parte do governo, o que contribuiu para a criação de um vazio no discurso público, que, argumenta Klug (2007: 713), os tabloides se apressaram a preencher com as suas histórias negativas.

Na realidade, tudo leva a crer que as sementes da hostilidade dos *media* contra esta lei já tinham começado a ser cultivadas antes mesmo de a legislação ter entrado em vigor. Embora os *media* pouco tivessem a ganhar com a lei relativamente a salvaguardas adicionais para a liberdade de expressão (já devidamente assegurada pela lei civil), muitos temiam que o Projeto de Lei dos Direitos Humanos viesse conceder uma proteção legal ainda mais fortalecida ao nível da esfera privada, algo que poderia vir a restringir consideravelmente a liberdade de imprensa (Fenwick & Phillipson, 2006: 109). Para mitigar tais preocupações, o Projeto foi revisto no sentido de recordar explicitamente aos tribunais a importância da liberdade de expressão, contudo esta concessão foi ainda assim insatisfatória para aqueles que nos *media* haviam exercido pressões para obter salvaguardas mais abrangentes (Heawood, 2009).

A parcialidade dos *media* e a análise de enquadramento

O conceito de parcialidade constitui um ponto de partida útil para analisar a publicidade negativa dos *media* relativamente à HRA. Como explica Street (2001: 16), a parcialidade «começa com a ideia de que as práticas jornalísticas e editoriais produzem artigos e programas que favorecem uma determinada visão do mundo em detrimento de outra, oferecendo assim uma base de sustentação a um conjunto de interesses e em simultâneo minando qualquer alternativa». Um potencial problema inerente ao conceito de parcialidade reside no facto de este pressupor a possibilidade de acesso a uma realidade objetiva e externa. Tendo em conta que as notícias enquanto categoria de observação não existem independentemente das organizações noticiosas, é inevitável que elas resultem de um processo de seleção e construção no qual a história frequentemente acaba por revelar mais sobre as práticas dos seus autores e editores do que sobre «a realidade» que se propõe refletir. Ou seja, as notícias dos *media* podem ser percecionadas como uma caixa negra ou um sistema fechado que, em vez de refletir categorias externas, gera a sua própria realidade (Gies, 2008). Não obstante a competição das fontes pelo acesso aos *media*, tal não significa necessariamente que as notícias sejam dominadas pelas fontes que conseguem ser mais influentes ou mais astutas (ver, por exemplo, Haltom & McCann, 2004). As pressões na redação dos jornais, incluindo os prazos apertados e a preferência por artigos de fundo apelativos, implicam uma renúncia a explicações mais complexas ou elaboradas, ao passo que às notícias simples ou condensadas é habitualmente concedido mais espaço.

A ideia de que a distorção não pode ser atribuída unicamente à parcialidade ideológica reflete-se também no conceito de «enquadramento», que analisa as notícias predominantemente como um processo de contar histórias (Street, 2001: 37). O conceito de enquadramento pode ser definido da seguinte forma:

Assim, o enquadramento *define problemas* – determina o que o agente causal está a fazer e com que custos e benefícios, habitualmente mensuráveis em termos de valores culturais comuns; *diagnostica causas* – identifica as forças geradoras do problema; *faz julgamentos morais* – avalia os agentes causais e os seus efeitos; e *sugere soluções* – oferece e justifica soluções para os problemas e vaticina a probabilidade dos seus efeitos. (Entman, 2002: 392)

Por oposição à ideia de parcialidade, o enquadramento não se baseia na premissa de que os autores das notícias adotam «uma única posição ideológica» (Street, 2001: 37). As histórias das notícias ainda são tratadas como o resultado de um processo de seleção que promove um determinado ponto de vista, o que

resulta numa perspetiva parcial, mas a parcialidade não é aqui atribuível somente à ideologia. Contudo, conforme sugerido por Norris *et al.* (2003: 11), «permanecem em aberto muitas questões sobre as razões que levam a que um determinado enquadramento seja adotado em detrimento de outro e consolidado como a interpretação convencional de um determinado acontecimento». Além disso, localizar a origem de um determinado enquadramento implica uma série de dificuldades, porque ele pode resultar de uma vasta gama de fontes de comunicação: uma narrativa específica pode ser ativamente promovida por elites de poder e comentadores dos *media*, mas também pode consistir nas interpretações das notícias pelas audiências ou pode mesmo dar-se o caso de um enquadramento nem sequer estar relacionado com a especificidade dos *media* (Van Gorp, 2005).

Apesar de a análise do enquadramento noticioso ser «um paradigma fraturado» (Entman, 2002) que carece de clareza conceptual (de Vreese, 2005; Van Gorp, 2005), o enfoque intrinsecamente qualitativo da pesquisa em torno do enquadramento oferece várias vantagens em relação a métodos alternativos, especialmente aqueles que envolvem quantificação. O enquadramento dominante pode perfeitamente ser um que não se manifesta como o mais prevalecente numa análise qualitativa (Reese, 2001: 8). Um enquadramento não é necessariamente articulado de modo expresso; inversamente, pode consistir num elemento «meta-comunicativo» embutido no texto (Van Gorp, 2005: 487). Além disso, é preferível compreender um enquadramento como algo que transcende um tema ou motivo específico. Assim, como argumenta Reese (2001: 13), «em última instância, os enquadramentos são de maior interesse na medida em que resultam em algo mais do que apenas uma história individual».

Embora estabelecer o significado de um determinado enquadramento possa constituir um desafio do ponto de vista metodológico (Van Gorp, 2005), a noção de que a HRA é uma «carta de vilões» existe na medida em que a expressão é efetivamente utilizada no discurso jornalístico da imprensa. Uma pesquisa aprofundada de texto realizada através da LexisNexis revela que esta expressão foi usada pelo menos 39 vezes desde 1997 na cobertura de jornais nacionais da HRA/Projeto de Lei dos Direitos Humanos.³ A intervenção de Jack Straw numa entrevista ao *Daily Mail* em 2008, na qual ele deu a entender que compreendia as razões que poderiam levar a que a HRA fosse vista como beneficiando grupos que tendem a ser considerados menos merecedores de proteção, foi o agente catalisador que levou a que o enquadramento se tornasse um acontecimento noticioso por direito próprio, um processo que Entman (2004: 9) designou como «o efeito cascata no fluxo de influências» nos processos de enquadramento. Apesar disso, tal como se procura demonstrar na análise que seguidamente se

apresenta, as reportagens jornalísticas sobre a HRA são mais complexas e diversificadas do que o enquadramento da carta de vilões sugere: a principal tarefa deste artigo consiste precisamente em exemplificar a existência de enquadramentos alternativos e complementares. Se um enquadramento se equipara a uma «ideia central organizadora» (Gamson & Modigliani, 1987: 143), é evidente que a cobertura noticiosa da HRA não pode ser catalogada inteiramente sob a designação de carta de vilões.

Adotando uma abordagem qualitativa, este artigo analisa a cobertura noticiosa dos momentos-chave na história da HRA. Esta seleção não é aleatória, antes aponta para acontecimentos específicos que revelam particular importância legislativa e judicial. As amostragens envolvidas são naturalmente pequenas, dado que a cobertura noticiosa tende a reagir a acontecimentos cujo valor enquanto notícia está limitado no tempo. Contudo, se nos centrássemos nas notícias que referem explicitamente a HRA, estas poderiam revelar-se demasiado restritivas, uma vez que as ideias organizadoras podem manifestar-se em determinados contextos, nos quais a legislação não é nomeada como parte relevante do enquadramento da notícia. Assim, um dos estudos de caso abaixo apresentado diz respeito à cobertura noticiosa do Projeto do Cartão de Identificação, tomando como elemento essencial a flagrante omissão da HRA deste debate. No sentido oposto, acontecimentos que, do ponto de vista legal, pouco têm a ver com a HRA podem ser apresentados de tal forma que tornam esta lei um elemento fulcral do enquadramento da notícia. Por este motivo, este artigo não se restringe às grandes histórias dos *media*: o impacto do enquadramento das notícias de menor monta não deve ser subestimado, pois estas pequenas histórias podem alimentar «enquadramentos estratégicos» (Reese, 2001: 13) que possuem a capacidade de definir uma determinada problemática com uma extraordinária autoridade. De facto, é notável que pequenas histórias que retratam a HRA sob uma perspetiva negativa têm provado ser particularmente irritantes para aqueles que apoiam a legislação (Falconer, 2007; Klug, 2007).

Direitos humanos, interesses humanos

Tendo em conta que os enquadramentos configuram padrões persistentes (Reese, 2001: 15) que frequentemente recorrem a «esquemas habituais» (Entman, 2004: 24), um dos fatores predominantes no favorecimento de um determinado enquadramento pode ser a sua familiaridade, o que permite que os *media* possam explicar um determinado acontecimento através do enredo de uma história bem conhecida ou de um tema institucionalizado. Por exemplo, olhando mais

de perto para algumas notícias sobre a HRA, parece ser bastante claro que estas evocam o enquadramento familiar de como alguns queixosos não merecedores exploram um estado social demasiado benevolente ou generoso (Golding & Middleton, 1982). Se bem que haja frequentemente uma inclinação ideológica nestas narrativas (por exemplo, a rejeição de um estado que se comporte como uma «ama-seca»; ver mais adiante), o seu principal atractivo pode residir na dimensão do interesse humano. Notícias mais brandas sobre a HRA podem merecer uma atenção desproporcionada pela simples razão de oferecerem um alto valor de entretenimento. Pode mesmo ser aqui feita uma comparação com a análise de Haltom & McCann's (2004), que demonstra como indemnizações elevadas atribuídas a queixosos extravagantes por queixas de negligência invulgares são muito mais atrativas para os *media* americanos do que meras estatísticas, que demonstram uma média de compensações monetárias bem modesta. Com efeito, como afirma Reese (2001: 12), as pequenas notícias resumem-se frequentemente a «histórias apelativas de acontecimentos concretos e individuais, que encontram uma receção cognitiva mais imediata do que as histórias temáticas de base, que, embora mais detalhadas, são também mais aborrecidas».

Assim, em setembro de 2005, vários jornais nacionais noticiaram que o Hospital Calderdale Royal em Yorkshire decidira proibir os visitantes de arrulhar aos bebés recém-nascidos nas instalações da maternidade, porque considerava que tal ato constituía uma invasão à privacidade dos bebés e uma infração aos seus direitos humanos (ver Quadro 1). Esta história foi publicada não apenas nos tabloides mas também na imprensa *standard*: é particularmente digno de nota que o jornal *The Times* tenha dedicado nada menos que três artigos a esta controvérsia.⁴ O jornal *The Guardian* não cobriu a notícia da interdição diretamente, mas mencionou-a integrada numa rubrica mais leve de revisão de imprensa. De igual forma, o *Daily Telegraph* não tratou a história em si como uma notícia, centrando-se antes nas reportagens jornalísticas da política antiarrulho no contexto da ausência de histórias positivas nos *media* sobre o HRA. A mensagem principal é coerente; em todos os artigos se encontra inegavelmente um subtexto que aponta para que esta intervenção seja um passo burocrático excessivo na protecção dos direitos humanos. O escárnio que isto provocou é claramente ilustrado através do cabeçalho publicado no *The Times*: «Como é que se infringem os direitos humanos de um bebé? Basta dizer *coo*.» Enquanto os tabloides se inclinaram para o ultraje, particularmente exposto no *Daily Express*, que se referiu num dos seus títulos a «funcionários imbecis», os jornais de grande formato adotaram um tom mais leve, mas ainda assim desdenhoso (no caso do *Guardian*, desdenhoso em relação à forma como os tabloides trataram a história).

Ao comentar uma história de contornos similares, em que a polícia, durante um impasse com um suspeito que procurava evitar a captura, lhe forneceu uma refeição do KFC com a preocupação de proteger os seus direitos humanos, Lord Falconer (2007: 4) rotulou-a como um mito típico dos *media*, em que «os direitos humanos nunca tiveram nada a ver com o assunto». De acordo com Barthes (2000), o mito é um «discurso inocente» que comunica um valor que é naturalizado e despolitizado. A história da política antiarrulho associa a HRA ao já estabelecido enquadramento noticioso de excessiva interferência burocrática, tipificada por uma abordagem demasiado politicamente correta em face das situações quotidianas por parte dos funcionários e dos organismos públicos. À primeira vista, a história do antiarrulho remete para uma tendência de desaparecimento do senso comum, mas uma possível leitura alternativa aponta para que se trate de um comentário relativamente àquilo que são escolhas fundamentalmente políticas e ideológicas. A narrativa subjacente questiona o papel e o alcance do Estado, uma mera variação sobre a temática do Estado como «ama-seca», que constitui um elemento-chave da oposição neoliberal. A verdadeira história, poder-se-á argumentar, não é um «discurso inocente» sobre visitantes que arrulham aos bebés na maternidade, mas sobre o papel ativo que o Estado assume sob a tutela do regime dos direitos humanos, que abrange muito mais do que apenas o direito a ser deixado em paz.

Quadro 1 – A «política antiarrulho» do Hospital Calderdale Royal, 27-30 de setembro de 2005, nos jornais nacionais

Jornal	Cabeçalho	Categoria	Data	Página
<i>Daily Mail</i>	Área antiarrulhos	Notícias	27/09	3
<i>Daily Express</i>	Hospital interdita arrulhar aos bebés; Isto invade a sua privacidade, afirmam funcionários imbecis	Notícias	27/09	1
	Até onde pode chegar a criancice?	Editorial	27/09	12
	Anda lá, arrulha-me a ver se és capaz	Comentário	28/09	16
<i>Daily Telegraph</i>	As pessoas comuns também têm direitos	Análise	29/09	27
<i>Guardian</i>	Glória enegrecida	Comentário	27/09	N/A
<i>Mirror</i>	Calderdale Royal Hospital	Editorial	28/09	13
<i>The Times</i>	Como é que se infringem os direitos humanos de um bebé? Basta dizer <i>coo</i>	Notícias	27/09	19
	Coitado do pobre bebé: primeiro arrulham-lhe e depois chamam-lhe um nome feio	Comentário	28/09	19
	Fazer do arrulho um tabu vai contra o nosso instinto tribal	Comentário	30/09	<i>Times</i> 2, p. 7

Jornais de grande formato e ideologia

Até que ponto é que a cobertura noticiosa da HRA tem sido ideológica? O próximo estudo de caso envolve uma comparação entre uma amostragem de cobertura que consiste em notícias, comentários e análises do *Guardian*, o jornal nacional que pode ser definido como o mais liberal, e do *The Times*, que é muito mais conservador na sua abordagem. A amostragem selecionada centra-se nas reportagens relacionadas com a HRA datadas de outubro de 2000, um período relevante do ponto de vista histórico, já que a lei entrou então em vigor em Inglaterra e no País de Gales. Nessa altura, a HRA era ainda em grande medida uma tábua rasa (pelo menos no que diz respeito aos desafios legais que viriam a surgir com a legislação), o que a tornava suscetível a comentários especulativos. Os artigos foram obtidos através do motor de busca da base de dados de jornais da LexisNexis com a combinação de palavras «Lei dos Direitos Humanos». Dado que a identificação dos agentes ou forças causais era um aspeto importante do enquadramento noticioso, o esquema de codificação aplicado procurou estabelecer em que medida é que a HRA foi enquadrada ora como um elemento encorajador de mudança positiva, ora como fator gerador de impacto negativo. Sem levar em conta as reportagens de tribunais e os artigos em duplicado, a codificação de uma amostra mais refinada ($n = 80$) revelou que as reportagens mais relevantes ocorreram entre 2 e 3 de outubro, momento primordial em que a lei entrou em vigor. Os Quadros 2 e 3 fornecem uma visão geral das matérias.

Comparando as reportagens dos dias 2 e 3 de outubro, verifica-se que a cobertura noticiosa revela uma diferença significativa em termos de ênfase: enquanto o *Guardian* incluiu vários artigos de teor educacional informando os leitores acerca daquilo que a lei significaria na prática, o *The Times*, no seu suplemento sobre assuntos de direito, e talvez sem grande surpresa, centrou-se nas implicações da legislação para os profissionais ligados à área legal. A cobertura mostra duas interpretações muito diferentes do conceito de uma cultura dos direitos humanos, nomeadamente se a mesma beneficia predominantemente as instituições legais (*The Times*) ou o público na sua generalidade (*Guardian*). Neste aspeto, vale a pena tomar em consideração a notícia curta e cáustica no jornal *The Times* («O grupo de Cherie celebra os direitos humanos em grande estilo»), que afirma:

Os direitos humanos reúnem-se para comemorar a todo o ritmo [...] nesta celebração tão faustosa o prémio vai para Cherie Booth, QC's, Matrix, anfitriões de uma festa com Liberty and Sweet & Maxwell. Não há dúvida de que a música será «As coisas só podem melhorar».

Quadro 2 – Cobertura da HRA no jornal *The Times*,
2 e 3 de outubro de 2000

Cabeçalhos	Categoria	Data	Página
A liberdade de imprensa é testada	Notícia	02/10	1
Straw exclui lei do casamento para homossexuais	Notícia	02/10	10
Os desafios do direito à vida vão a tribunal	Notícia-direito	02/10	10
A liberdade de imprensa é testada em caso de direitos humanos	Notícia-direito	02/10	10
O melhor dos direitos	Artigo de fundo/ comentário	02/10	17
Direitos protegidos por lei	Carta	02/10	17
A Lei dos Direitos Humanos atacada por IoD	Notícia	02/10	23
O legado accidental da tradição homofóbica	Análise	02/10	<i>Times</i> 2
O primeiro caso questiona o papel dos juízes	Notícia-direito	03/10	4
As indenizações pelos direitos humanos «podem aumentar»	Análise	03/10	4
Não há um pote de ouro no fim do caso em tribunal	Análise	03/10	5 (direito)
O que poderia ser mais britânico?	Comentário	03/10	9 (direito)
A privacidade e o direito de saber	Análise	03/10	12 (direito)
A difamação nos tribunais sobrevive ao seu último gladiador	Análise	03/10	12 (direito)
Advogados e juízes ficam a ganhar com a lei	Análise	03/10	15 (direito)
Uma luz brilhante com recantos escuros	Análise	03/10	17 (direito)
As necessidades dos pacientes estão protegidas	Comentário	03/10	19 (direito)
O grupo de Cherie celebra os direitos humanos em grande estilo	Comentário	03/10	23 (direito)

Quadro 3 – Cobertura da HRA no jornal *Guardian*,
2 e 3 de outubro de 2000

Cabeçalhos	Categoria	Data	Página
Esta manhã, o direito no Reino Unido assiste à maior mudança em mais de 300 anos. Saiba porquê	Análise	02/10	1
Um teste aos tribunais para novos direitos à vida	Notícia-direito	02/10	1
Horário de expediente: WPM	Comentário	02/10	3
Forças armadas perdem o sistema de justiça sumária	Notícia-direito	02/10	11

Direito: o vigilante adquire o direito de protestar: A Lei dos Direitos Humanos entra hoje em vigor. A partir de agora os <i>media</i> têm hipótese de lutar nos processos de difamação	Análise	02/10	14
Direito: Gémeos deveriam ter ido para Lordes: grande decreto	Comentário	02/10	15
Comentário & Análise: Os campeões britânicos da liberdade: Os tribunais devem aplicar a Lei dos Direitos Humanos no espírito de John Wilkes e Thomas Paine	Comentário	02/10	18
Artigo principal: Restrição do poder executivo: Umas boas-vindas mornas à Lei dos Direitos Humanos	Artigo de fundo/ comentário	02/10	19
Suplemento: Tribuna: Chefias das universidades – respeitem a nova lei senão..., afirma Paul Mackney	Comentário	03/10	47
Recursos essenciais para pais e professores: Conheça os seus direitos: A Lei dos Direitos Humanos entra em vigor esta semana. Como é que ela afeta cada um de nós?	Análise	03/10	58

A festa da Matrix foi igualmente mencionada na notícia de Frances Gibbs («As indemnizações pelos direitos humanos “podem aumentar”»), o que sugere que «há alguma inveja relativamente aos novos Escritórios [Matrix], aliás demasiado publicitada». O gracejo e a má-língua, ambos sem dúvida despreocupados, parecem encaixar no enquadramento que tende a considerar os juizes e os advogados como os principais beneficiários da HRA. Esta mesma temática foi também ensaiada em «Advogados e juizes ficam a ganhar com a lei», que afirmava nas primeiras linhas de abertura da notícia: «Se a experiência canadiana pode servir como um exemplo, as únicas pessoas que provavelmente beneficiarão da Lei dos Direitos Humanos serão os advogados e o sistema judicial». O comentário de David Pannick QC's, «O que pode ser mais britânico?», demonstrou ser explicitamente defensivo relativamente às profissões ligadas à lei. Rejeitou a infame previsão de Lord McCluskey sobre o facto de a HRA poder tornar-se «uma grande oportunidade para os doidos, uma valente dor de cabeça para os juizes e legisladores e uma mina de ouro para os advogados», e negou que o apoio dos advogados à lei tenha sido motivado por dinheiro. Um outro artigo, «As necessidades dos pacientes estão protegidas», chamou a atenção para a forma como a HRA podia criar enormes pressões financeiras ao Serviço Nacional de Saúde (NHS) se acabasse por conduzir a mais e maiores indemnizações.

Por outro lado, no *Guardian*, foi concedida muito menos atenção aos benefícios que a HRA poderia trazer para as instituições legais e ao risco de uma cultura de litígio, não obstante a análise ter de facto antecipado um aumento a nível litigioso. A ênfase foi, neste caso, posta sobre o sentido de oportunidade da legislação

e sobre a sua importância para o cidadão comum. O título editorial de 2 de outubro era inequívoco: «Restrição do poder executivo: Umas boas-vindas mornas à Lei dos Direitos Humanos. A única componente negativa nesta peça jornalística foi o aviso de que a lei poderia não sobreviver a uma futura administração da ala conservadora. Contudo, afirmou com confiança que «A Lei dos Direitos será um instrumento através do qual o próprio poder executivo será responsabilizado», conferindo à HRA o crédito de poder atuar no sentido de uma mudança progressiva. Por comparação, o artigo de fundo do jornal *The Times* de 2 de outubro («O melhor dos direitos») adotou um tom muito mais cauteloso:

Ela [a HRA] pode constituir uma grande força para o bem. Mas a forma como tem sido enquadrada deixa em aberto uma outra possibilidade. Enquanto a Convenção original visava proteger o indivíduo contra o poder do Estado, esta lei estende essa rede de uma forma tão mais vasta que pode acabar por aumentar o poder do próprio Estado. E isso é justamente o contrário daquilo que os apoiantes dos direitos humanos pretendem.

Uma análise da cobertura noticiosa subsequente durante o mês de outubro de 2000 confirma que o jornal *The Times* enquadrou claramente, senão exclusivamente, a HRA como um agente causal negativo. Esta leitura negativa abrangia desde sugestões de que a HRA seria um inconveniente e mesmo um entrave, até ao receio de que a referida lei pudesse constituir em si mesma uma séria ameaça. Por exemplo, um dos artigos centrava-se no impacto da HRA nos pequenos empresários, manifestando preocupações por parte dos seus líderes de que a legislação provocasse o aumento da carga regulamentar e a inibição do crescimento económico (Littlewood, 2000). Provavelmente, o artigo mais emotivo publicado durante este período envolveu uma peça relativamente longa (960 palavras), parcialmente dramatizada e altamente especulativa que sugeria que o direito à privacidade, fortalecido pela HRA, poderia ameaçar o progresso vital das pesquisas médicas sobre o cancro e pôr em risco as vidas de futuras gerações (Ballantyne, 2000).

Durante este período, o jornal *The Times* também incluiu peças que retratavam a HRA como um fator encorajador da mudança positiva, nomeadamente obrigando as escolas a levar o fenómeno do *bullying* muito mais a sério; contudo, mesmo estes relatos continham alguns pontos negativos, por exemplo referindo o potencial da HRA no sentido de abrir portas a numerosas situações de litígio (Charter, 2000). As preocupações sobre a possibilidade de esta lei poder encorajar falsos queixosos e proteger os não merecedores levou, na ocasião, ao uso do epíteto «carta de vilões» (Davies, 2000). Noticiando a possibilidade de que condenados a prisão perpétua, incluindo Myra Hindley, poderiam constituir um desafio

legal sob a vigência da HRA, o jornal citou um porta-voz da ala conservadora, declarando que «se a Lei dos Direitos Humanos significa que assassinos como Hindley devem ser libertados, então é a lei que terá de ser condenada» (Gibb, 2000).

Como foi salientado anteriormente, ao longo do primeiro mês da entrada em vigor da HRA, a cobertura noticiosa do jornal *Guardian* centrou-se no papel da lei como um agente de mudança positiva. Houve relatos de consequências não intencionais, incluindo a especulação de que a HRA poderia dificultar a interdição da publicidade ao tabaco (Garrett, 2000), assim como referências ao aumento de situações de litígio, mas o jornal, por exemplo, também noticiou que um juiz experiente preveniu os colegas para não descartarem de imediato as queixas relativas aos direitos (Hope, 2000), e um leitor com deficiência louvou a HRA como um importante passo em frente relativamente aos direitos dos deficientes (Sowerby, 2000). Um editorial que procurava dar resposta às notícias de que Myra Hindley significaria um desafio legal ao abrigo da HRA retratou a legislação como um instrumento fundamental para uma política mais justa na aplicação de sentenças (*Guardian*, 2000).

As avaliações opostas do *The Times* e do *Guardian* ao longo do primeiro mês da entrada em vigor da HRA deixam entrever diferenças ideológicas significativas entre a imprensa com tendências de esquerda e a de direita: enquanto, para os primeiros, a HRA constituiu uma restrição do poder do Estado; para os segundos, representou uma extensão potencialmente inaceitável do mesmo, um enquadramento que encontra espaço não apenas nas notícias factuais mas também nas histórias de interesse humano.

Liberdades civis e direitos humanos

Parece evidente que, apesar das atitudes negativas dos *media* relativamente à HRA, os direitos humanos têm, regra geral, uma ressonância positiva. Por exemplo, os *media* frequentemente defendem os direitos humanos no contexto da política internacional (Heinze & Freedman, 2008). Os abusos dos direitos humanos perpetrados por regimes estrangeiros serão porventura para muitas pessoas o contexto mais importante no qual esses mesmos direitos adquirem relevância e significado.⁵ Conforme demonstrarei mais adiante, a nível interno, as liberdades civis, tais como o *habeas corpus* e o direito a um julgamento justo, são susceptíveis de produzir efeitos, mesmo quando dizem respeito a estrangeiros suspeitos de terrorismo. A legitimidade dos direitos humanos é também reconhecida quando

existe a percepção de que houve uma infração clara e séria e a vítima merece ser protegida nos seus direitos. Porém, tais manifestações de indignação relativamente às infrações aos direitos humanos não estão explícita ou necessariamente ligadas à HRA, o que poderia explicar a ausência de enquadramentos que apoiem devidamente as salvaguardas dos direitos humanos a nível doméstico. Uma dessas oportunidades perdidas de retratar a HRA sob uma perspetiva mais tolerante diz respeito precisamente ao debate nos *media* sobre o controverso projeto do Cartão de Identidade.

Uma análise dos comentários e editoriais sobre o Projeto de Lei do Cartão de Identidade (que subsequentemente originou a Lei dos Cartões de Identidade de 2006, mas que foi entretanto revogada) revela o nível de unanimidade da imprensa na rejeição deste projeto. A amostragem estudada inclui a cobertura efetuada em cinco jornais nacionais e nas suas edições de domingo (*Daily Mail*, *Daily Telegraph*, *Daily Express/Sunday Express*, *Guardian/Observer* e *The Times*)⁶, em março de 2006, data em que o projeto de lei foi finalmente aprovado na Câmara dos Lordes após muita resistência (ver Quadros 4 e 5). Os jornais foram unânimes em rejeitar a argumentação do governo de que o projeto do Cartão de Identidade poderia auxiliar o combate ao terrorismo e a prevenção dos crimes de identidade.

Os comentários enquadraram o Cartão de Identidade predominantemente no contexto do espetro do Estado controlador, orwelliano e ditatorial. Dois artigos mencionaram especificamente Orwell (*Observer*: «Este projeto de ID é ainda mais sinistro») e a metáfora do «Big Brother» (*Daily Express*: «O pequeno cartão será o olho do Big Brother»). Alguns comentadores argumentaram que o cartão resultaria numa vigilância excessiva e no controlo da vida quotidiana pelo governo (*Daily Telegraph*: «Labour [Partido Trabalhista] não é malvado»; *Express*: «Os cartões de ID são apenas armas de controlo»; *Observer*: «Este projeto de ID é ainda mais sinistro»). O Cartão de Identidade foi apresentado como um terreno escorregadio que poderia permitir ao governo adquirir cada vez mais poder, convertendo-o num ponto intermédio de passagem para a ditadura (*Daily Mail*: «O projeto que pode transformar este país numa ditadura»). O jornal *Observer* («Este projeto de ID é ainda mais sinistro») avisava:

Uma das passagens mais arrepiantes deste projeto é o capítulo 13, que se refere à «invalidade e entrega» dos cartões de identificação, e que, de facto, descreve a revogação da identidade do indivíduo pelo Estado. Porque, sem este cartão, será quase impossível trabalhar ou existir como cidadão no Reino Unido. Apesar do custo do cartão imputado ao indivíduo, o mesmo nunca será propriedade sua.

Quadro 4 – Debate sobre os Cartões de Identidade (apenas comentários)
nos jornais *Daily Mail* e *Daily Express/Sunday Express*, março de 2006

Jornais	Cabeçalhos	Data	Página
<i>Daily Express</i>	Pequeno cartão que será o olho do Big Brother	15/03	10
	Cartões de ID são apenas armas de controlo	17/03	13
<i>Daily Mail</i>	O projeto que pode transformar este país numa ditadura	13/03	14
	As coisas só podem ficar piores do que já estão	20/03	18
<i>Sunday Express</i>	A base de dados será um desastre	05/03	26

Quadro 5 – Debate sobre os Cartões de Identidade (apenas comentários) nos jornais *Daily Telegraph* e *Sunday Telegraph* (nenhum), *Guardian* e *Observer*, março de 2006

Jornais	Cabeçalhos	Data	Página
<i>Daily Telegraph</i>	O estratégia de Cameron compensa, uma vez que Blair fica isolado	16/03	21
	Labour [Partido Trabalhista] não é malvado – mas está a fazer exatamente o que os nazis fizeram	27/03	18
<i>Guardian</i>	Cartões de Identidade: a verdade está à vista	30/03	19
	Nós somos os verdadeiros liberais: O meu partido, ao contrário dos outros, acredita nos direitos humanos, na justiça social e na luta contra a desigualdade	04/03	34
	Cartões de Identidade: Os Lordes devem manter uma posição firme	18/03	32
<i>Observer</i>	Este projeto de ID é ainda mais sinistro do que inicialmente pensámos: a erosão ardilosa das nossas liberdades civis irá acelerar dramaticamente se o governo ganhar a batalha dos cartões de identidade	19/03	27
	A grande questão: liberdades civis «Os cartões de ID não significam que nós estamos a vigiar-vos»	26/03	28

De forma similar, o *Daily Express*, um tabloide com inclinação política de direita, argumentou («Cartões de ID são apenas armas de controlo»):

O seu cartão de identidade não será, tal como o seu passaporte, propriedade sua. O ministro da Administração Interna terá o direito de revogar ou suspender o seu cartão a qualquer momento, o que significa que não vai conseguir levantar dinheiro

de uma conta bancária, por exemplo, ou fazer o que quer que seja que exija a apresentação do cartão.

Surpreendentemente, os direitos humanos estão ostensivamente ausentes da cobertura noticiosa acerca do cartão de ID. O comentário no *Guardian* («Nós somos os verdadeiros liberais») escrito pelo então líder liberal-democrata Menzies Campbell constituiu a exceção, declarando que «os cartões de identidade são uma afronta aos direitos humanos». A própria HRA foi mencionada apenas uma vez, na qualidade de agente causal negativo, no *Daily Telegraph* («Labour não é um malvado»):

A tirania está a infiltrar-se. Entra em cena com a cara desviada, sob a proteção de uma série de leis cujos objetivos ostensivos são o reverso das suas reais consequências. Por exemplo, a Lei dos Direitos Humanos foi apresentada como um instrumento de defesa do indivíduo contra a opressão do Estado... Mas estes documentos incluem extensas generalizações cuja complexidade dá aos juizes o poder de criar precedentes legais *ex nihilo*; e embora possam ocasionalmente ser usados para frustrar os intentos do Governo, o seu efeito é o de intensificar as competências e responsabilidades do Estado.

Que conclusões podemos tirar da ausência dos direitos humanos no enquadramento das liberdades civis que assoma na cobertura noticiosa dos cartões de identidade? Do ponto de vista de uma cultura dos direitos humanos, é relevante que alguns comentadores dos *media* estejam preparados para defender as liberdades civis mas sejam muito menos entusiastas em relação aos direitos humanos em contexto interno? Tratar-se-á apenas de uma questão de semântica num contexto leigo no qual as liberdades civis e os direitos humanos significam *grosso modo* o mesmo e são percecionados como tendo, no fundo, interesses similares? Estas questões merecem uma análise mais cuidada. Tal como sugere a cobertura noticiosa dos cartões de identidade, as liberdades civis são claramente interpretadas num sentido estrito como o direito a ser deixado em paz e a viver livremente sem excessiva interferência do Estado. Esta cobertura também revela uma profunda desconfiança relativamente às medidas que posicionam o Estado num papel ativo que implica desenvolver ações para a proteção das liberdades; por outras palavras, as medidas que promovem uma agenda de direitos positivos e uma cultura de direitos. Além disso, enquanto as liberdades civis são percecionadas como uma tradição «antiga», os direitos humanos podem ainda ser, para muitos comentadores dos *media*, demasiado novos, pouco familiares e também demasiado «estrangeiros» para poderem ser considerados parte da tessitura cultural nacional.

Os suspeitos de terrorismo como vítimas meritórias

Entre os potenciais obstáculos à conquista de uma cultura de direitos humanos, poucos parecem constituir maior desafio do que a noção de que os cidadãos comuns, cumpridores da lei não beneficiam grandemente da HRA, pressupondo que os direitos dos que menos merecem são justamente aqueles que tendem a atrair uma maior proteção da lei. Enquanto enquadramento narrativo, isto não é propriamente novo ou singular: por exemplo, encontra fortes ecos na atitude da imprensa face à previdência social e ao aviltamento dos que «vivem à sua custa» (Golding & Middleton, 1982), ao passo que a predileção dos *media* pela «vítima ideal» está bem documentada na literatura do crime e dos *media* (ver, por exemplo, Greer, 2007; Stillman, 2007). Contudo, a dicotomia boa vítima/má vítima é ocasionalmente suspensa no contexto da HRA. Os grupos ou indivíduos que habitualmente são vistos como «não merecedores» dos direitos humanos podem, por vezes, ser considerados destinatários dignos da proteção desses mesmos direitos. Como observa Greer (2007: 24): «A influência da demografia da vítima deve ser considerada no seio de um contexto mais alargado do processo de produção de notícias, dos outros elementos do caso e do ambiente cultural e político que prevalece nesse momento.» Da mesma forma, no que diz respeito à HRA, a construção da vitimização não pode ser separada dos elementos contextuais relevantes.

Os suspeitos de terrorismo constituem um alvo previsível dos tabloides e poucos têm sido mais caluniados do que o clérigo muçulmano Abu Qatada, que tem sido descrito como um dos protagonistas fundamentais do terrorismo associado à Al-Qaeda. Ele foi um dos detidos na prisão de Belmarsh a recorrer à HRA para desafiar legalmente a sua detenção por tempo indefinido com base na Lei do Antiterrorismo, Crime e Segurança de 2001, conduzindo ao acórdão histórico da Câmara dos Lordes (Comité de Apelo) *A vs. Secretário de Estado para a Administração Interna* [2004] UKHL56, que continha críticas severas contra as políticas antiterroristas do governo. O acórdão, que declarou que alguns capítulos importantes da Lei do Antiterrorismo, Crime e Segurança de 2001 eram incompatíveis com os artigos 5.º (direito à liberdade e segurança) e 14.º (proibição de discriminação) da ECHR, representou outro momento central da história da HRA. Como é que os tabloides com tendências de direita, com a reputação de defenderem uma sólida retórica anti-HRA, responderam a este acórdão?

A primeira amostra envolve a cobertura do caso nos jornais *Daily Mail* e *Daily Express* (ver Quadro 6). Os artigos foram recolhidos na base de dados da LexisNexis, usando a palavra-chave «Belmarsh» e a combinação de termos

«direitos humanos». Para permitir comparações mais extensas, foi selecionada uma segunda amostra (n = 56 após eliminação de duplicados e itens tangenciais) da cobertura noticiosa do Projeto de Lei de Prevenção do Terrorismo no período de janeiro a março de 2005. Este projeto de lei foi a resposta do próprio Parlamento ao acórdão dos Lordes no caso Belmarsh e pretendia introduzir normas de controlo como medidas alternativas à detenção sem julgamento. Estas medidas converteram-se em lei em março de 2005. O acesso às coberturas noticiosas relevantes dos jornais *Daily Mail* e *Daily Express* fez-se através de uma busca na base de dados pela expressão «ordens de controlo». Tal como anteriormente, o esquema de codificação aplicado às duas amostras concentrou-se em determinar se foi atribuído à HRA um papel encorajador ou, pelo contrário, incapacitante.

Poder-se-ia esperar que o *Daily Mail*, um tabloide com tendências de direita que antipatiza fortemente com os juízes «liberais» e é assumidamente crítico da HRA⁷, fosse inequivocamente crítico da decisão da Câmara dos Lordes no caso Belmarsh. Contudo, quando analisamos detalhadamente os seus comentários e análises das repercussões a nível político desse acórdão (que coincidiu com a demissão do secretário de Estado David Blunkett devido a um escândalo que envolveu a sua vida pessoal), o jornal *Mail on Sunday* de 19 de dezembro de 2004, três dias depois da decisão dos Juízes da Câmara dos Lordes, ofereceu um quadro da situação com nuances muito mais complexas. O jornalista veterano William Rees-Mogg («Caiu o pavão, ficaram os pardais») criticou duramente os juízes da Câmara dos Lordes, acusando-os de usarem a HRA para estabelecerem a sua supremacia sobre o Parlamento. Por outro lado, a postura de David Blunkett, e a forma como tratou a questão do antiterrorismo, foi elogiada. Porém, outra peça jornalística de comentário, da autoria do MP George Galloway, da ala de esquerda («Apenas pequenos erros são suficientemente grandes para o Partido Trabalhista»), sugeriu que a detenção de prisioneiros em Belmarsh deveria ter sido o motivo da demissão de Blunkett, e lamentou que, inversamente, o secretário de Estado tivesse sido forçado a sair devido a um assunto de menor importância da sua vida privada. As suas palavras não deixaram margem para dúvidas no que diz respeito à sua posição perante os detidos de Belmarsh:

Vejo «amigos» de David Blunkett que se queixam do seu «julgamento feito pelos *media*». É pelo menos melhor do que o julgamento que ele deu àqueles que estão enterrados em Belmarsh. Eles estiveram encarcerados naquela prisão, a Guantánamo britânica, sem acusação, sem julgamento, sem direitos humanos e sem limite de tempo.

A contribuição mais surpreendente surgiu, no entanto, de Ian Macdonald QC («Porque é que eu sinto que não tenho outra opção senão demitir-me»), que explicou porque decidiu demitir-se do cargo de *special advocate* da Comissão Especial de Apelos de Imigração, o tribunal que tinha a seu cargo a audição dos recursos de natureza confidencial dos suspeitos de atos de terrorismo contra a sua detenção indefinida com base na Lei do Antiterrorismo, Crime e Segurança de 2001. Ele referiu-se à lei como «uma mancha odiosa no nosso panorama legal» e criticou-a por vitimizar os muçulmanos. O editorial («As leis do terror que minam a nossa democracia»), surpreendentemente, *apoiou* o ponto de vista de Ian Macdonald: «Este jornal acredita que aqueles que conspiram para alcançar os seus objetivos perversos por meios sangrentos devem ser tratados com rapidez e firmeza. Mas isso deveria ter lugar perante um tribunal aberto, com base na apresentação de provas perante um júri.»

A forma como os tabloides e o jornal *Daily Mail* em particular retratam os suspeitos de terrorismo seria matéria para um estudo autónomo, algo que extravasa o âmbito deste artigo. Porém, a cobertura noticiosa do caso Belmarsh no *Daily Mail* oferece um exemplo relevante de como, num momento de grande importância para o debate sobre os direitos humanos, um tabloide influente⁸ estava preparado para defender os direitos humanos de suspeitos de terrorismo e tacitamente creditar a HRA como uma lei encorajadora de mudança positiva. Talvez seja verdade que esta atitude positiva foi predominantemente conduzida pela preocupação com as liberdades civis, sobretudo o princípio da justiça livre, e é improvável que tenha resultado de alguma forte simpatia para com os queixosos. Todavia, fundamentalmente, estes valores foram reafirmados num contexto que envolvia diretamente estrangeiros suspeitos de terrorismo.

As inquietações acerca das ameaças às liberdades civis também vieram à superfície na subsequente cobertura noticiosa do *Daily Mail* sobre a introdução das ordens de controlo (medidas que abrangiam desde a detenção domiciliária até às restrições impostas aos suspeitos no acesso ao telefone ou à Internet) durante o período de janeiro a março de 2005. Uma reportagem alertava para a dureza das ordens de controlo, ao mesmo tempo que especulava se os suspeitos iriam receber alojamento gratuito, dando a entender que o jornal não conseguia decidir se os suspeitos de terrorismo estavam a ser tratados de forma excessivamente generosa ou desproporcionalmente penalizadora (Taylor, 2005). O jornal publicou quatro artigos de comentário sobre essa matéria: os seus relatos eram sobretudo dedicadas à luta política e parlamentar sobre a legislação das ordens de controlo. Num editorial (*Daily Mail*, 2005) a proposta de Projeto de Lei de Prevenção do Terrorismo foi avaliada nos seguintes termos:

Não há memória de uma lei tão má na Grã-Bretanha. Este jornal não tem quaisquer ilusões sobre o terrorismo. A Al-Qaeda é uma ameaça assustadora. E, sim, aceitamos que poderá ser extremamente complicado trazer os seus apoiantes à barra dos tribunais. Mas esta medida lamentável não é uma tentativa séria de abordar o problema.

Embora a análise do jornal sobre o procedimento legal no caso Belmarsh implicitamente equiparasse os direitos humanos e as liberdades civis, um contraste muito mais pronunciado entre direitos e liberdades viria a emergir num outro comentário sobre ordens de controlo (Phillips, 2005), identificando a HRA como um agente causal negativo através de descritores como «a verdadeira causa da crise» e «a raiz do problema». Por outro lado, as ordens de controlo propostas foram referidas como «o pior dos dois mundos – a destruição das nossas ancestrais liberdades e procedimentos totalmente desadequados para lidar com a ameaça que enfrentamos». O julgamento moral que esta análise promove posiciona a HRA quer como um obstáculo no combate à ameaça do terrorismo, quer como um agente corrosivo que mina as liberdades civis, que, por sua vez, foram enquadradas como constituindo a «verdadeira» herança da nação, provando uma vez mais que as liberdades civis tendem a ser avaliadas de uma forma muito mais positiva do que os direitos humanos.

Uma comparação com o jornal *Daily Express* (ver Quadro 6) demonstra que embora este jornal tenha dedicado consideravelmente menos espaço ao acórdão da Câmara dos Lordes no caso Belmarsh, a linguagem utilizada foi muito mais emotiva, recorrendo a figuras de retórica mais fortes e «ressonantes» (Entman, 2004: 32), tais como referências a «homens-perigo» e «guerra ao mal», acompanhadas de um aviso acerca dos detidos de Belmarsh, descritos como «estando alegadamente entre os homens mais perigosos do mundo», «podendo voltar às ruas» «dentro de dias ou semanas» («Suspeitos de terrorismo podem ser libertados; revés na guerra ao mal na Grã-Bretanha»). No que diz respeito às ordens de controlo, o editorial de 28 de fevereiro de 2005 (um de apenas dois comentários publicados sobre o tópico) revelou o ponto nevrálgico das inquietações do jornal, nomeadamente que para satisfazer o acórdão do caso Belmarsh, as novas medidas não se aplicariam apenas aos suspeitos de terrorismo estrangeiros mas também aos cidadãos nacionais (Blackburn, 2005):

Ninguém no seu perfeito juízo iria defender o caso dos homens de Belmarsh: eles são muçulmanos potencialmente suspeitos de terrorismo a quem nem sequer deveria ter sido dada autorização para entrar neste país. Porém, o que é tão inquietante neste projeto de lei são as suas implicações para todos nós.

Se a erosão das liberdades civis era o problema em redor do qual se enquadravam as notícias sobre as ordens de controlo, a HRA foi identificada como a sua principal causa. Enquanto as liberdades civis foram intimamente associadas a noções de pertença e identidade nacional, validando-as como um bem comum a ser preservado, a HRA foi percecionada de forma muito mais negativa. Não foi apenas julgada por favorecer aqueles que não são merecedores; foi também vista como vitimizando os inocentes através da introdução de ordens de controlo.

Quadro 6 – A vs. Secretário de Estado no *Daily Express* e *Mail on Sunday*, 17-19 de dezembro de 2004

Jornais	Cabeçalhos	Categoria	Data	Página
<i>Daily Express</i>	Suspeitos de terrorismo podem ser libertados; revés na guerra ao mal na Grã-Bretanha	Notícias	17/12	4/5
	«Homens-perigo» com ligações a grupos banidos	Notícias	17/12	5
<i>Mail on Sunday</i>	Caos de terror com a demissão de advogado de topo	Notícias	19/12	1/8
	Porque é que eu sinto que não tenho outra opção senão demitir-me	Comentário	19/12	9
	Os 12 detidos sem julgamento	Factual	19/12	9
	As leis do terror que minam a nossa democracia	Comentário	19/12	21
	Apenas pequenos erros são suficientemente grandes para o Partido Trabalhista	Comentário	19/12	23
	Caiu o pavão, ficaram os pardais	Comentário	19/12	51

Conclusão

A análise neste artigo procurou realçar que o apoio aos princípios que constituem os alicerces da HRA é muito mais sólido do que o sugerido superficialmente pelo epíteto «carta de vilões». Tal facto não é inteiramente surpreendente; rejeitar por inteiro os direitos humanos é uma posição profundamente antidemocrática e anti-igualitária com que nenhum jornal de referência se desejaria ver identificado. Contudo, a doutrina dos direitos humanos é ainda mais desafiante quando é aplicada e exige decisões difíceis que serão muito provavelmente pouco atrativas para alguns jornais.

A distinção nós/eles está implícita nos enquadramentos que sugerem que a proteção dos direitos humanos é apropriada e legítima para a maioria dominante, mas é também problemática quando envolve determinadas minorias. Apesar de o debate sobre os cartões de identidade ter sido predominantemente formulado no plano das liberdades civis, o consenso notável em torno desta temática em todo o espectro dos tabloides e dos jornais de grande formato sugere um amplo apoio aos direitos quando está em causa um problema que afeta *todos* os cidadãos, por oposição a uma minoria menosprezada. A crítica dos tabloides ao sistema de ordens de controlo revela um padrão de enquadramento semelhante, favorecendo uma maioria que é percebida como merecedora desses direitos.

A identidade dos queixosos importa certamente no sentido em que às vítimas «más» (ex. suspeitos de terrorismo) é dada muito pouca atenção. Esta posição é consistente com o tropo «carta de vilões» aplicado à HRA. Todavia, estes resultados precisam de ser qualificados: na perspetiva de alguns jornais (e nem todos estes são tabloides), mesmo às vítimas «merecedoras» poderão estar a ser concedidos demasiados direitos. Nesta categoria encaixa certamente a interdição de as visitas poderem arrulhar aos recém-nascidos nas instalações de maternidades. Quer os jornais de grande formato quer os tabloides estão de acordo em que nem mesmo a inocência das crianças justifica o excesso burocrático de direitos que esta interdição simboliza.⁹ A hierarquização das vítimas entrecruza-se com a hierarquia dos direitos humanos. Alguns direitos são tidos como fundamentais e não negociáveis, ao passo que outros são tratados como supérfluos e frívolos. O resultado desta equação é que, mesmo num tabloide com uma posição abertamente anti-HRA, como o jornal *Daily Mail*, o direito de um suspeito de terrorismo estrangeiro (como no caso Belmarsh) a um julgamento justo em tribunal pode ser tratado como superior ao direito que um bebé tem à sua privacidade.

Uma característica potencialmente importante da cobertura noticiosa sobre a HRA que este estudo procurou identificar diz respeito às diferenças de atitude relativamente às «antigas» liberdades civis e aos «modernos» direitos humanos. Há momentos em que o ceticismo dos *media* acerca da HRA parece indicar uma oposição significativa ao papel cada vez mais extenso do estado administrativo na proteção dos direitos humanos, o que contrasta com o tom nostálgico adotado em relação às liberdades civis. As leituras que a imprensa faz da legislação podem ser mais diversificadas do que se reconheceu anteriormente; o futuro da HRA permanece incerto, uma vez que os principais partidos políticos não escondem o seu desejo de reformar os atuais acordos judiciais para a proteção dos direitos humanos. Considerando as previsões sombrias de que os direitos humanos poderão vir a tornar-se nada mais que «um singular lembrete de um breve interregno

liberal» (Gearty, 2005: 19), não podem restar dúvidas nesta conjuntura crítica de que a reforma das políticas dos direitos humanos se cruza inextricavelmente com os processos de enquadramento noticiosos.

[tradução de Anabela Leandro]

AGRADECIMENTOS

Estou imensamente grata a Keith Soothill, ao co-editor do jornal, Chris Greer, e aos avaliadores anónimos pelos seus comentários ao rascunho anterior.

SIGLAS USADAS

ECHR – European Convention on Human Rights : Convenção Europeia dos Direitos Humanos

FTP – Foreigners, Terrorists and Paedophiles: Estrangeiros, Terroristas e Pedófilos

HRA: Human Rights Act – Lei dos Direitos Humanos

ID – Cartão de Identidade

IoD – Institute of Directors (www.iod.com)

NHS – National Health Service: Serviço Nacional de Saúde

WPM – Coluna no jornal *The Guardian* sempre assim identificada nos seus comentários; remete para o acrónimo WPM – *words per minute*

NOTAS

- ¹ No original, «Heroin... it's my yuman rights, Mr Mackay, innit»: frase que apenas faz sentido na língua inglesa dado que *yuman* remete para *yummy* (coloquialmente aquilo que é saboroso/delicioso) sem perder, do ponto de vista fonológico, o signo *human* (humano); por outro lado, a palavra *inn* aponta para conotações com os primitivos edifícios londrinos usados como residências de estudantes, mas também aos *Inns of Coutrs*, colégios de juristas. Do ponto de vista fonológico, aponta para *in it* (estar dentro de). A ideia geral é a de que esta lei favoreceu os toxicodependentes com o apoio do próprio legislador. A notícia é construída através de um diálogo entre Mr. MacKay e Fletcher, in <http://www.dailymail.co.uk/debate/columnists/article-419025/Heroin--yuman-rights-Mr-Mackay-innit.html> [acesso: 01-08-2012]. (N.T.)
- ² No original, «FTP: foreigners, terrorists, and paedohiles». (N.T.)
- ³ Algumas variações sobre o tema incluem «carta de sortudos» (Heawood, 2009) e «carta de brincar» (Klug, 2006).
- ⁴ Os dados acerca da cobertura noticiosa da interdição foram obtidos através do motor de busca da LexisNexis, usando como palavras-chave «arrulhar» e «arrulho» (*cooing* e *coo*).
- ⁵ As investigações sugerem que parte do grande público apoia a lei internacional dos Direitos Humanos Ver Johnson & Gearty (2007).
- ⁶ Foi obtida uma amostragem através da base de dados da LexisNexis usando a combinação «ID cards» e «identity cards». Embora muitos comentadores tenham mencionado este tópico noutros contextos, só um número limitado o referiu através de comentários diretos ao cartão de ID. O jornal *The Times*, mesmo tendo realizado várias reportagens sobre este assunto, não apresentou um editorial ou comentário sobre o Projeto durante este período de tempo. O jornal *Sunday Times* foi também incluído nesta pesquisa mas não apresentou quaisquer dados relevantes.
- ⁷ Nos seus comentários à anteriormente mencionada entrevista com Jack Straw no *Daily Mail*, o jornal declarou: «Tal como este jornal sempre defendeu, a Lei dos Direitos Humanos inverte o verdadeiro sentido da justiça ao pôr os direitos dos criminosos acima dos cidadãos que cumprem a lei» (*Daily Mail*, 2008b).
- ⁸ Berlins (2004: 5) refere «o efeito *Daily Mail*», argumentando que «nenhum outro jornal possui aparentemente uma influência tão grande sobre a forma de pensar do governo e da sua conduta».
- ⁹ Um episódio similar envolvendo a privacidade das crianças foi objeto de uma decisão superior da Scottish Local Authority, com a finalidade de proibir que os pais pudessem filmar as peças de Natal nas escolas. Ver *The Times* (2000).

A versão final e definitiva deste artigo – «A Villains' Charter? The Press and the Human Rights Act» – foi publicada em *Crime, Media, Culture*, vol. 7 (2), 167-183, agosto de 2011, por SAGE Publications Ltd. Todos os direitos reservados. © Lieve Gies, 2011. (<http://online.sagepub.com>)

BIBLIOGRAFIA

- AMOS, M. (2009), «Problems with the Human Rights Act 1998 and how to remedy them: Is a Bill of Rights the answer?», *Modern Law Review* 72(6): 883-908.
- BALLANTYNE, E. (2000), «Silence that could be a death sentence», *The Times*, 27 de outubro.
- BARTHES, R. (2000), *Mythologies*, Londres, Reino Unido: Vintage.
- BERLINS, M. (2004), «Lies, media and justice: Distorting the criminal justice system», Issues in Criminal Justice Lecture, School of Law, Birmingham University, 5 de fevereiro.
- BLACKBURN, V. (2005), «Authoritarian Labour cannot be trusted with this terror Bill», *Daily Express*, 28 de fevereiro.
- CHARTER, D. (2000), «Hope for the victims of bullying», *The Times*, 26 de outubro.
- Daily Mail* (2005), «Tearing down our ancient liberties», *Daily Mail*, 23 de fevereiro.
- Daily Mail* (2006), «Heroin... it's my yuman rights, Mr Mackay, innit?», *Daily Mail*, 14 de novembro.
- Daily Mail* (2008a), «Human Straw to get tough; Exclusive; Minister tells the Mail he'll reform "villains' charter"», *Daily Mail*, 8 de dezembro.
- Daily Mail* (2008b), «Human rights and a villains' charter», *Daily Mail*, 8 de dezembro.
- Daily Telegraph* (2006), «Good for crooks, bad for human rights», *Daily Telegraph*, 16 de novembro.
- DAVIES, P. (2000), «A real possibility of justice?», *The Times*, 10 de outubro.
- DE VREESE, C. H. (2005), «News framing: Theory and typology», *Information Design Journal + Document Design* 13(10): 51-62.
- ENTMAN, R. M. (2002), «Framing: Towards clarification of a fractured paradigm», in McQuail, D. (ed.), *McQuail's Reader in Mass Communication Theory*, Londres, Reino Unido: Sage, 390-397.
- ENTMAN, R. M. (2004), *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy*, Chicago, IL: University of Chicago Press.
- EWING, K. (2010), *Bonfire of the Liberties: New Labour, Human Rights, and the Rule of Law*, Oxford: Oxford University Press.
- FALCONER, C. (2007), «Human rights are majority rights», The Lord Morris of Borth-y-Gest Memorial Lecture, Bangor University, 23 de março.
- FENWICK, H.; PHILLIPSON, G. (2006), *Media Freedom under the Human Rights Act*, Oxford: Oxford University Press.
- GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. (1987), «The changing culture of affirmative action», in Braungart, R. D. (ed.), *Research in Political Sociology*, vol. 3, Greenwich, CT: JAI Press, 137-177.

- GARRETT, J. (2000), «Media: Up in smoke: The Government's policy on tobacco in disarray», *Guardian*, 9 de outubro.
- GEARTY, C. (2005), «11 September 2001, Counter-terrorism, and the Human Rights Act», *Journal of Law and Society* 32(1): 18-33.
- GIBB, F. (2000), «Law chief offers Hindley fresh hope of freedom», *The Times*, 13 de outubro.
- GIES, L. (2008), *Law and the Media: The Future of an Uneasy Relationship*, Londres, Reino Unido: Routledge-Cavendish.
- GOLDING, P.; MIDDLETON, S. (1982), *Images of Welfare: Press and Public Attitudes to Poverty*, Oxford, Reino Unido: Martin Robertson.
- GREER, C. (2007), «News media, victims and crime», in Davies, P.; Francis, P.; Greer, C. (eds.), *Victims, Crime and Society*, Londres, Reino Unido: Sage, 20-49.
- Guardian* (2000), «Leading article: Sentencing politics: Let justice decide Hindley's case», *Guardian*, 14 de outubro.
- HALTOM, W.; MCCANN, M. (2004), *Distorting the Law: Politics, Media, and the Litigation Crisis*, Chicago: University of Chicago Press.
- HEAWOOD, J. (2009), Press freedom: the great debate. *Guardian*, 24 de março.
- HEINZE, E.; FREEDMAN, R. (2008), «Public Awareness of Human Rights: Distortions in the Mass Media», disponível em: http://works.bepress.com/eric_heinze/6/.
- HOPE, Lord (2000), «Law: Rights of Passage: The Human Rights Act came into force a week ago, making the European Convention part of our law. Lord Hope of Craighead, a law lord, warns judges not to be too trigger-happy in shooting down claims», *Guardian*, 9 de outubro.
- JOHNSON, M.; GEARTY, C. (2007), «Civil liberties and the challenge of terrorism», in Park, A.; Curtice, J.; Thomson, K.; Phillips, M.; Johnson, M.; Clery, E. (eds.), *British Social Attitudes, 23rd Report*, Londres, Reino Unido: Sage, 143-173.
- Joint Committee on Human Rights (2003), *The Case for a Human Rights Commission*, 2002-2003 session, 6th report.
- Joint Committee on Human Rights (2008), *The Work of the Committee in 2007 and the State of Human Rights in the UK*, 2007-2008 session, 6th report.
- KAUR-BALLAGAN, K.; CASTELL, S.; BOUGH, K.; FRIEMERT, H. (2009), *Public Perceptions of Human Rights*, Manchester, Reino Unido: Equality and Human Rights Commission.
- KLUG, F. (2000), «Target of the tabloids», *Guardian*, 14 de julho.
- KLUG, F. (2006), «The long road to human rights compliance», *Northern Ireland Legal Quarterly* 57(11): 186-204.
- KLUG, F. (2007), «A Bill of Rights: Do we need one or do we already have one?», *Public Law*, Inverno: 701-719.

- LITTLEWOOD, F. (2000), «National survey reveals barriers to growth», *The Times*, 21 de outubro.
- MARR, A. (2004), *My Trade: A Short History of British Journalism*, Londres, Reino Unido: Macmillan.
- McNAIR, B. (2009), *News and Journalism in the UK, 5th edition*, Abingdon, Reino Unido: Routledge.
- Ministry of Justice, Constitution and Strategy Directorates (2008), *Human Rights Insight Project*.
- NORRIS, P.; KERN, M.; JUST, M. R. (2003), *Framing Terrorism*, Londres, Reino Unido: Routledge.
- PHILLIPS, M. (2005), «Human rights lunacy and the question: why CAN'T we send terror suspects home?», *Daily Mail*, 14 de março.
- REESE, S.D. (2001), «Prologue – Framing Public Life: A bridging model for media research», in Reese, S. D.; Gandy, O. H.; Grant, A. E. (eds.), *Framing Public Life: Perspectives on Media and Our Understanding of the Social World*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, 7-31.
- SOWERBY, D. (2000), «The rights we want», *Guardian*, 4 de outubro.
- STREET, J. (2001), *Mass Media, Politics and Democracy*, Basingstoke, Reino Unido: Palgrave.
- STILLMAN, S. (2007), «“The missing white girl syndrome”: Disappeared women and media activism», *Gender and Development* 15(3): 491–502.
- Sun* (2007), «Rip up the INhuman Rights Act», *Sun*, 3 de julho.
- TAYLOR, B. (2005), «Terror suspects “likely to get free homes”», *Daily Mail*, 29 de janeiro.
- The Times* (2000), «Human Rights Act bans filming at nativity play», *The Times*, 15 de dezembro.
- VAN GORP, B. (2005), «Where is the frame? Victims and intruders in the Belgian press coverage of the asylum issue», *European Journal of Communication* 20(4): 484-507.